



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 3 DE OUTUBRO DE 2000

Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Doutor Alcides Tápias; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Presidente do BNDES, Doutor Francisco Gros; Senhores Presidentes do Banco Central e da Caixa Econômica Federal; Senhoras e Senhores aqui presentes,

Mais uma vez, venho aqui, neste auditório do BNDES – será a terceira ou quarta vez, talvez mais – para expressar a minha confiança nesta instituição e no desenvolvimento do Brasil.

Hoje, acabamos de ter uma reunião da chamada Câmara de Desenvolvimento Econômico do Governo Federal, que é composta por alguns Ministros da área econômica e pelos Presidentes das grandes instituições de fomento. Nessa reunião, o Doutor Tápias e o Doutor Francisco Gros nos expuseram as linhas gerais do planejamento estratégico do BNDES para cobrir o período do ano 2000 ao ano 2005. Há muito tempo, o BNDES não fazia um exercício dessa natureza e com a profundidade do exercício que nos foi apresentado.

De fato, nesse delineamento das novas linhas – não são bem novas, deveriam ser de coordenação dos objetivos do BNDES, de uma discussão mais aprofundada da missão do BNDES – ficou claro que essa instituição está se transformando na direção necessária e correta correspondente às transformações da própria sociedade brasileira.

Nessa nova visão do BNDES são ressaltadas as áreas de interesse fundamental do Banco e, sobretudo, é ressaltada a filosofia de atuação dessa instituição. Eu dizia que ela coincide com as transformações da sociedade brasileira e também, naturalmente, com as diretrizes do Governo. Nunca me cansei de reiterar – e o faço uma vez mais – que vivemos momentos de profundas transformações no mundo e na nossa sociedade, com algumas características peculiares.

Na verdade, estamos enfrentando os desafios da chamada globalização, em uma sociedade cheia de desigualdades, mas que é, ao mesmo tempo, uma sociedade na qual a democracia se enraizou profundamente. Basta verificar os acontecimentos de domingo passado para termos a reiterada confiança em um caminho democrático no Brasil. Democracia que não se expressa apenas pelo fato de que temos eleições, um sistema pluripartidário, uma divisão de poderes, o respeito à Constituição, o Estado de Direito, e assim por diante. Ela se expressa também pelo fato de que a própria sociedade se democratizou. Não apenas as instituições políticas, mas a própria sociedade se democratizou. Quer dizer que temos grupos organizados, organizações não-governamentais, instituições governamentais, instituições tradicionais, como os sindicatos, como as empresas, como a imprensa, etc., todas elas demandando, todas elas opinando, todas elas funcionando com a maior liberdade que se possa imaginar.

É nesse contexto que o País enfrenta os desafios da sua modernização. Modernização que não pode ser conservadora, como os mais desavisados gostam de falar. Pelo contrário, tem que ser uma modernização progressista. E modernização progressista quer dizer uma modernização que atenda às demandas dos grupos sociais existentes, sobretudo daqueles que precisam de uma participação maior na renda nacional,

no processo decisório nacional; mas quer dizer também uma modernização que não fique anquilosada, que não fique incrustada no passado, senão que seja uma modernização capaz de abrir perspectiva para o futuro, um futuro que seja promissor exatamente para as camadas que mais necessitam de uma participação mais ativa no processo nacional.

Trata-se, portanto, de uma modernização que requer instituições como o BNDES e que requer coragem dos dirigentes do País. Quando digo “dirigentes do País”, não é o Presidente da República apenas, porque ele também precisa ter – graças a Deus, eu a tenho – mas a coragem de todos aqueles que tomam decisão neste País, para que enfrentemos as nossas questões indo à raiz delas e não, simplesmente, reiterando o já sabido ou apenas tratando de defender posições que correspondem a interesses legítimos, às vezes, dos que já não têm mais como ter seqüência no mundo contemporâneo.

Mas eu dizia que nós, apesar de todas as dificuldades, estamos assistindo a um processo de transformação positivo no Brasil. Não é o caso, neste momento, de repetir o que já disse algumas vezes, aqui, neste mesmo auditório, a respeito do processo de desenvolvimento nacional, mas é apenas para reiterar o fato de que nós, hoje, estamos numa conjuntura muito melhor do que a conjuntura das outras ocasiões em que pude estar, aqui, nesta mesma sala. E muito melhor por quê? Porque já mantida a democracia como condição fundamental, até mesmo para que essa modernização seja progressista.

Foram mantidas as condições da estabilidade econômica, sem as quais não há, no mundo contemporâneo, qualquer possibilidade de um atendimento efetivo das demandas da sociedade e do crescimento econômico.

Nós conseguimos, mantida a democracia e mantida a estabilidade econômica, retomar o crescimento. E retomar o crescimento no sentido próprio da expressão. Crescimento no sentido não apenas de acrescentamento, que já de si é importante, dos bens materiais, do crescimento do produto, mas o crescimento das várias dimensões institucionais da sociedade brasileira – portanto, como uma dimensão social inequívoca, neste processo de crescimento.

Hoje, já pertence à retórica ultrapassada imaginar alguma forma de crescimento dissociado do desenvolvimento social, assim como pertence a essa mesma retórica ultrapassada imaginar a possibilidade de desenvolvimento social que não seja embasada numa economia sólida. Por outro lado, pensar-se em embasamento numa economia sólida que não seja cuidadosa com as condições macroeconômicas e, fundamentalmente, com as condições que dizem respeito ao equilíbrio fiscal, equilíbrio monetário e ao equilíbrio orçamentário. Enfim, às regras do bom governo, que hoje são regras que são compartilhadas *urbi et orbi*, e friso: *urbi et orbi*. Não daria exemplos concretos, tenho quase a tentação de dá-los, para mostrar como realmente é *urbi et orbi*. Em todas as partes do mundo, quaisquer que sejam os dirigentes, quaisquer que sejam os sistemas de governo hoje implantados, existe essa clara noção da necessidade de que os governos têm responsabilidade na gestão da coisa pública. E que sejam competentes na sua interação com as forças de mercado e que sejam capazes de, nessa interação, manterem o equilíbrio do Estado e ao mesmo tempo as funções do Estado e, portanto, capazes de fazer com que as transformações ocorram em benefício da maioria da população. É nesse contexto que nós estamos operando no Brasil de hoje.

E mais ainda. Estruturalmente, vejo dessa maneira as transformações do país. Conjunturalmente – por isso disse que venho dessa vez com maior confiança ainda do que nas outras vezes em que aqui estive – nós estamos assistindo a um crescimento industrial razoavelmente grande no nosso país, taxa de crescimento grande, taxa de ocupação que acompanhamos mês a mês e são crescentes nos vários ramos da indústria. Há taxa de oferta de emprego crescente, o nível de emprego é crescente. Nos últimos 12 meses, a partir do fim de agosto deste ano, nos 12 meses anteriores, foram criadas cerca de 900 mil ocupações, só nas seis regiões metropolitanas. Houve uma diminuição, ou melhor, houve um aumento do nível de emprego de 5,7%. Portanto, o nível de emprego foi maior do que a própria taxa de crescimento da economia. Assim vê-se que há uma conjuntura de crescimento indiscutível até mesmo no setor industrial, que era o que mais se ressentiu do crescimento até mesmo o ano passado.

O crescimento agrícola é extremamente promissor. A seguir os indicadores: ao tomar-se por base os indicadores existentes, de consumo de adubos, de equipamentos agrícolas, inclusive com financiamento, com financiamento definidamente subsidiado, para certos tipos de atividades, nós estamos assistindo à expansão da oferta agrícola. E, se neste ano, a safra deve ser de 83 milhões de toneladas de grãos, um pouquinho mais talvez, portanto batendo novo recorde, um pouquinho acima da safra do ano passado, é de imaginar-se que, no próximo ano, essa safra possa se aproximar dos 90 milhões de toneladas.

E houve tempo em que quando se falava em 100 milhões de toneladas de grãos se acharia que isso era o paraíso na Terra. Não é. Mas, de qualquer maneira, nós não estamos tão longe da possibilidade desses 100 milhões de toneladas de grãos, sendo de notar que, há muito pouco tempo, a nossa produção não passava de 60 milhões de toneladas de grãos. Creio que, lá por volta de 94, não tínhamos mais de 60 milhões de toneladas de grãos. Então, o crescimento agrícola é forte. O crescimento do setor industrial é forte. E a expansão do setor de serviços é muito forte. Só para repetir, porque todos vêm, basta ler nos jornais, e sabem que a expansão, por exemplo, na área de telecomunicações já é simplesmente extraordinária, para não mencionar os setores de infra-estrutura também.

Há, portanto, uma conjuntura favorável. E o Governo, reitero, tem rumo. O País tem rumo – não é só o Governo – de tal maneira que nós, hoje, sabemos quais são os gargalos no nosso crescimento. Estamos todos atentos à necessidade de incrementar as exportações. Nós, hoje, todos sabemos que precisamos reforçar a infra-estrutura. Todos sabemos o que fazer na área de energia. Estamos transformando a matriz energética do Brasil, ampliando a oferta de gás nessa matriz. O desenvolvimento do setor de petróleo é também extraordinário, como é o da telefonia. As consequências dos investimentos far-se-ão sentir nos próximos anos, mas os investimentos já estão em marcha. Existe, portanto, toda uma área de infra-estrutura bastante ativa. Fizemos modificações importantes no sistema portuário do

Brasil. A Lei dos Portos acabou funcionando. O processo de modernização da estrutura portuária é grande. Estamos ainda atrasados, mas estamos em marcha no sentido de viabilizar recursos para a questão viária no Brasil. Enfim, há uma conjuntura favorável.

E tudo isso está inserido em um plano de desenvolvimento, que é o PPA, o chamado Avança Brasil, onde existe uma série de estudos, feitos, em grande parte, neste mesmo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de tal maneira que sabemos para onde apontar. E tudo isso é feito com uma visão que reforça a necessidade da parceria entre o Governo e a iniciativa privada. Não existe a vontade do Governo de abocanhar os setores que possam ser mais rentáveis, impedindo a iniciativa privada, nem existe, da iniciativa privada, por outra parte, o temor de não vir a ter apoio, naquilo que for justo, por parte do Governo.

A idéia de parceria é uma idéia, hoje, bastante aceita na sociedade brasileira. E os critérios de administração dessa parceria, o rigor de tal administração, são critérios estabelecidos e crescentes. Basta dizer que, além das normas existentes em qualquer sociedade que tenha um certo desenvolvimento econômico-social, nós impusemos – “nós”, digo, não é o Governo, a própria sociedade se impôs restrições crescentes ao mau uso de recursos públicos. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Congresso Nacional é um marco no que diz respeito à consciência existente no Brasil sobre a necessidade de os gestores terem a probidade necessária para que o País não perca a noção de que o dinheiro público é público e que o Tesouro é do povo e não é do governante. Portanto, não cabe ao governante fazer “concessões” com o dinheiro do Tesouro, o que pode ser muito excitante para o bolso de alguns, mas, certamente, é nocivo para o conjunto da população.

Diante desse quadro todo, é natural que o BNDES também fizesse o que está fazendo. É essa sua nova proposta de uma visão de mais longo prazo, até 2005. Não cabe a mim esmiuçar essa visão. Quero apenas dizer que o BNDES se vê como parte desse processo – e o governo o vê assim também, como uma parte desse processo – e

como esse processo requer a formação também de um mercado de capitais muito forte, para permitir o financiamento do nosso desenvolvimento econômico, não estamos separando a ação do BNDES no apoio às atividades econômicas da ação do mercado e nem estamos imaginando que seja possível ao BNDES substituir o mercado ou funcionar de forma adequada se não houver um grande esforço no desenvolvimento do nosso mercado de capitais. Para isso, estamos lutando, em conjunto com o Congresso Nacional. Esperamos aprovar uma Lei das Sociedades Anônimas que permita uma modernização deste mercado. Sabemos das dificuldades, respeitamos os pontos de vista e as diferenças existentes, mas sabemos também que é essencial que haja um avanço nessa matéria para que possamos ter um mercado de capitais mais robusto.

Contando com um mercado de capitais mais robusto e contando com uma instituição como o BNDES, com a capacidade que tem o BNDES de alavancar recursos e de bem geri-los, o BNDES definiu algumas áreas prioritárias para a sua ação. Naturalmente, a área tradicional dele é a modernização dos setores produtivos. Essa área continua sendo uma área fundamental. Fundamental até porque, no processo de integração do Brasil à economia internacional, não podemos deixar de ver que as empresas que aqui operam têm que ter a capacidade de ação em nível também global.

Em alguns setores, temos vantagens comparativas que nos permitem impulsionar a ação de um conjunto de empresas para que elas tenham uma atividade que tem que ultrapassar os limites das nossas fronteiras e ter uma atuação global. E, para isso, elas precisam ter um desenvolvimento tecnológico, e não apenas tecnologia no sentido de máquinas, mas no sentido também de competência “informacional”, de gerência, de capacidade de formação de pessoal, de visão do mundo; e ser, portanto, capazes de efetivamente atuar como *global players*. Isso é essencial. É essencial e, se há em alguns setores nos quais é óbvia essa nossa vantagem comparativa – por exemplo, papel e celulose, petroquímica, siderurgia e produtos metálicos, para mencionar apenas algumas dessas áreas, há outras mais –, vamos ter que

cuidar. Efetivamente, o BNDES tem um papel importante na modernização desses setores produtivos, à condição já mencionada de que os recursos que sejam utilizados sejam, simultaneamente, advindos do mercado de capitais e do BNDES, de tal modo que haja uma co-responsabilidade no impulsionamento dessas atividades e que de maneira alguma se possa imaginar a volta à idéia do BNDES ou de qualquer Banco oficial como se fosse um hospital. Não estamos aqui para salvar ninguém. Estamos aqui para fazer outra coisa: para dar condições de progresso àqueles que têm uma saúde própria, que já lhes permita uma competição saudável.

Evidentemente, sabemos que é necessário também aqueles que têm boas condições – que disponham de alguns recursos para que possam entrar efetivamente em um plano de competição que não seja desigual. É nesse sentido, sim, que a ação do Banco continua sendo muito importante em toda essa modernização dos setores produtivos.

Por outro lado, a outra área que é também fundamental é a de infra-estrutura. Na área de infra-estrutura, o País, como eu disse há pouco, tem rumo, o País tem definições, o País tem, através do PPA, do Avança Brasil, um conjunto imenso de possibilidades. Possibilidades que foram discutidas não só tecnicamente por milhares de pessoas no Brasil, mas que foram discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional. Portanto, reflete a vontade política do povo brasileiro e não é apenas uma proposta tecnocrática ou uma proposta autoritária do Presidente da República. É a expressão de um conjunto de possibilidades discutidas abertamente pelo País e consagradas pelo Congresso Nacional.

Esse plano é um plano que se reatualiza a cada ano no Orçamento nacional. O nosso Orçamento, hoje, não é um orçamento que se faça ao Deus dará. É um Orçamento que se faz a partir de uma disciplina que foi definida coletivamente, que é o PPA. Não se inova sem que haja alguma correspondência com a possibilidade da continuidade dessa inovação no Orçamento. Não se coloca uma vela só porque se deseja. Além do mais, houve uma transformação profunda na maneira de se fazer esse Orçamento e ele, agora, é por programas. Temos trezentos e

sessenta e poucos programas estabelecidos e cada um desses programas tem um gerente. Esses gerentes se distribuem por toda a estrutura governamental e não estamos respeitando as definições burocráticas tradicionais dos ministérios. Nós juntamos pessoas de vários ministérios porque os programas cruzam atividades que são específicas para ministérios que também são distintos.

Portanto, o BNDES vai aprovar na infra-estrutura projetos que se enquadrem no PPA, projetos que se enquadrem no Avança Brasil, porque são os projetos já estudados, são os projetos necessários, sobretudo para, como já mencionei, romper os gargalos que ainda limitam a nossa capacidade de crescimento nas estradas, na questão da energia, na questão das telecomunicações, na questão do desenvolvimento social, da educação, da saúde. Não se trata, simplesmente, no caso do PPA, de projetos de infra-estrutura física. Nós, aqui, estamos fazendo uma diferenciação. No caso do BNDES, a infra-estrutura física também será dentro desse projeto que já está definido pelo Congresso Nacional.

O outro item é a exportação. O BNDES, crescentemente, se está interessando – e é necessário que assim o seja – sobretudo pela parte de financiamento de toda a cadeia produtiva, para que possamos ter a nossa capacidade de exportar ampliada. O tema é conhecido, é difícil. Não é o momento de eu explaná-lo, nem é minha competência. Mas a verdade é que o BNDES tem um papel chave. Não é o único também. Todas essas atividades terão que ser feitas em cooperação. E, depois, até explicitarei mais com os setores privados, para que possamos ter não apenas mais recursos, mas também para que os mecanismos de controle desse recursos sejam mecanismos mais eficazes.

De qualquer maneira a ênfase em financiar os setores produtivos voltados para as exportações é clara. E nós, aqui, já temos exemplos, até mesmo no caso da indústria automobilística, porque é uma indústria crescentemente exportadora, e há de ser crescentemente exportadora. No caso dos componentes de telecomunicações, é da mesma maneira, porque pesam muito na importação, está pesando muito na nossa balança e nós temos condições de expandir esse setor.

Quanto ao petróleo, já foi feito, se tem uma organização de empresas nacionais. Na licitação já se dá uma certa quantificação. E na hora de se decidir que empresa vai ganhar uma exploração de uma certa área, vamos ver quanto ela se dispõe a comprar de material produzido no Brasil, serviços da indústria nacional. O BNDES, naturalmente, estará sempre atento a todos esses setores exportadores. Claro que o petróleo, ainda, não é caso de exportação. Quem sabe um dia seja? Espero que sim.

Um outro item – e esse é o mais importante para mostrar a ênfase que nós queremos dar a essa matéria – é o do desenvolvimento social. Eu lhes disse que a modernização de que estamos tratando não é conservadora, é progressista. Uma modernização progressista vê as pessoas em primeiro lugar. Tem que se preocupar com a condição de vida, da qualidade de vida. E qualidade de vida no mundo de hoje quer dizer, em primeiro lugar, educação, saúde, emprego e renda. Essas são as questões fundamentais. E o “S” do BNDES vai ser um “S” com a perna cada vez mais espichada.

Nas projeções que nós temos – que, no momento adequado, o Presidente do BNDES exporá aos técnicos do Banco e à sociedade –, estamos prevendo que, na utilização dos recursos do BNDES, a expansão maior será na área de desenvolvimento social. Há experiências muito positivas feitas, aqui, pelo BNDES, de financiamento nas áreas sociais, algumas até inovadoras para um banco desse porte. Mas essas inovações têm que ser mais generalizadas. Existem projetos, por exemplo, de urbanização aqui, no Rio de Janeiro, em Vitória, em Teresina, em várias partes do Brasil que têm uma experiência já consolidada de avanço nessa matéria.

Existem experiências interessantes nos chamados Bancos do Povo, para micro e pequenos empréstimos. Enfim, questões que não eram pensáveis há vinte anos. Não por nada, apenas não estávamos nessa etapa de desenvolvimento que nos permitisse colocar como prioridade essas questões. Nós estávamos, ainda, tentando criar uma condição de crescimento econômico mínimo. Hoje, nós a temos, e hoje seria imperdoável que ficássemos apenas no desenvolvimento econômico e não olhássemos com

muita ênfase o desenvolvimento social. Portanto, se há alguma ênfase nova no BNDES, e quando digo não é deixar de fazer, como já disse, aqui, o que tem que fazer na área de setor produtivo etc., mas a ênfase será em espichar a perna do "S". Esse é o desafio para que, realmente, o BNDES continue a colaborar com o Brasil nessa etapa de modernização progressista em benefício do povo, que é o que nós estamos vivendo.

A outra área é a questão das médias, pequenas e microempresas. Também não era uma linguagem usual dos anos 70 pensar-se em micro, pequena e média empresa. Nós estávamos num momento em que se requeriam os grandes investimentos, que foram feitos. E muitos deles tiveram êxito. Nem todos. É natural que assim seja.

Agora, ao continuar os grandes investimentos, nós sabemos que já contamos com mais recursos de capital, e até de capital externo, de capitais em geral, até do mercado internacional para alguns desses investimentos. Mas temos que olhar para o micro, pequeno e o médio empresário, porque eles são geradores de emprego. Também é preciso notar, hoje, que, com as novas tecnologias, é possível haver um acoplamento entre uma empresa de tamanho pequeno e uma média com tecnologias avançadas.

O novo, hoje, está na possibilidade de se unir uma tecnologia avançada com o tamanho da empresa pequena. Empresa pequena não é sinônimo de empresa atrasada. É, simplesmente, uma forma de organização que ocupa menos mão-de-obra ou que tem menos recursos, mas não é equivalente a empresa atrasada. Há muita empresa grande atrasada e muita empresa pequena que está tecnologicamente avançada e, mais do que tecnologicamente, mentalmente avançada, colocada no ângulo de visão que corresponde aos interesses do Brasil. Há, portanto, que dar ênfase também, aqui, no caso do BNDES, à micro, pequena e média empresa.

Um outro tópico importante é o da chamada atuação regional. É preciso deixar claro que o BNDES atua regionalmente. Atuar regionalmente não significa distribuir recursos esparsos pelo país. Significa ter uma visão de transformar o Brasil em um país cada vez mais

homogêneo, ou seja, que as regiões mais pobres, as regiões que foram desfavorecidas se integrem na prosperidade. E essa integração na prosperidade, hoje, na prosperidade relativa, porque, infelizmente, só a temos relativa – em comparação a outros países, nenhuma das nossas regiões será talvez tão próspera assim –, mas, de qualquer maneira, integrar-se hoje significa ter a visão do conjunto e ter a capacidade de colocar recursos em empreendimentos que sejam estruturantes, ou seja, que sejam capazes de reorganizar as regiões, as menos favorecidas, de tal maneira que elas possam entrar em um ciclo de prosperidade e de crescimento.

Portanto, a atuação do BNDES na área regional há de estar cingida também à concepção que já está expressa no PPA, que é o Plano Pluri-anual de Investimentos do Avança Brasil, porque já tem como conteúdo a necessidade de existir o equilíbrio entre as várias regiões do País. Ao investir-se na infra-estrutura, estar-se-á investindo também na área regional. E isso não quer dizer que não existam projetos locais, de regiões desfavorecidas que mereçam um apoio específico do BNDES – ele tem a interface com o Ministério da Integração Nacional para saber como atuar de forma mais eficaz para que esses recursos tenham um resultado efetivo de melhoria de condições de vida com o conjunto da região e da população. Essa atuação regional continuará tendo, e terá, crescente ênfase no BNDES.

Por fim, das áreas prioritárias que me foram apresentadas e que aprovei, está a questão da privatização. O BNDES se marcou, nos últimos anos, por ter tido um papel ativo na privatização. Vejo que uns e outros, eventualmente, dizem: “Ah, bom. Então, agora, já que o BNDES tem o “S” espichado, não cuida da privatização.” Um ledo engano. É de quem não sabe ver. A privatização não se faz em detrimento da possibilidade do desenvolvimento social e muito menos da modernização progressista. Ela se faz naquelas áreas em que é possível e é necessário haver a participação mais ativa de capitais privados, porque o setor público não tem a capacidade de expansão necessária ou de investimento necessário para a expansão nos empreendimentos, e por-

que há algumas áreas em que a própria gestão requer uma dinâmica que é muito mais facilmente alcançável através da gestão privada. Ao dizer isso, não estou, demodo algum, denegrindo a gestão pública, até porque sempre foi meu pensamento que a gestão pública em certos setores é de altíssima competência. A Petrobras é um exemplo disso. O BNDES é outro.

Então, aqui, não se trata de uma posição ideológica, mas de uma posição pragmática. Há ausência de recursos para certas áreas nas mãos do Estado. A sociedade brasileira não suporta mais carga tributária. Bate na mesa quando se fala em carga tributária. Como é que vamos, então, imaginar que o setor público possa se incumbir da expansão de capitais, se ele não tem os capitais? No passado, esses capitais foram feitos através de impostos. E não havia outro meio. Hoje, chegamos a uma carga tributária tal que não cabe mais falar em impostos, senão que, quando possível, desonerá-los. Se é assim, é preciso apelar, obviamente, aos capitais privados, para que essa expansão possa se dar. E o BNDES tem um papel fundamental nesse mecanismo.

Se é certo que em alguns setores avançamos, como na telefonia, suficientemente na questão da privatização, também é certo que em outros, como na parte de energia elétrica, ainda temos uma enorme área de atuação. E vamos atuar cooperativamente – cooperativamente, com o BNDES participando, como outras instituições do Governo – para que possamos levar adiante esse processo de privatização. E estamos vendo a todo instante que, na questão de energia, a cada momento, começam a surgir notícias de “quem sabe, no ano que vem vá faltar energia e não-sei-o-quê.” Geralmente, olho com certa fleugma os mais aflitos e, às vezes, tem-se que distinguir o que é verdade e o que é interesse, mas é verdade que um país como o Brasil tem fome de energia e, portanto, vai ter que investir mais e mais e mais em energia. E, portanto, o BNDES vai ter, também aí, uma atividade grande para permitir que haja um processo de avanço nessa matéria.

Disse, desde o início, que nós não estamos imaginando o BNDES como uma alavanca do crescimento. Isso não existe mais. Hoje o Brasil, por sorte, tem muitas alavancas de crescimento. Um país que

depende de uma só alavanca é um pobre país porque, às vezes, essa alavanca emperra. Emperra pela falta de recursos, emperra pela burocracia, emperra por mil razões. Aqui nós temos várias, mas o BNDES é uma das alavancas. E é nesse contexto – como uma das alavancas e, sobretudo, porque é um banco sensível às realidades econômicas e de mercado – que não faz empréstimos sem saber se estes empréstimos têm volta. O tempo em que o empréstimo não tinha volta não volta mais. Repito, o tempo em que o empréstimo não tinha volta não volta mais. Hoje, quando se empresta dinheiro do povo, ele tem que voltar. O dinheiro do BNDES, o Tesouro, é do povo e, portanto, quando se empresta, se empresta com todos os cuidados necessários de mercado. Ou seja, tem capacidade de pagamento para voltar?

Outra coisa é o subsídio, que é necessário. Aí, o Orçamento está para isso, o Tesouro está para isso. Se algum setor da sociedade precisa de recurso e não tem como obtê-lo, e esse setor é essencial, temos que subsidiar.

O Governo Federal transfere renda de mais ou menos 20 bilhões de reais por ano. Vinte bilhões de reais, os impostos que são recolhidos, vão para o povo. Em poucos dias, vamos publicar o Orçamento Social da República e vai se ver isso com muita clareza, de que maneira esse dinheiro vai para o povo, para os mais pobres. E não é justo cobrar deles nada. Muitas vezes, por exemplo, no setor agrário, no setor de reforma agrária, esse empréstimo é altamente subsidiado, tem prazo de carência e é altamente subsidiado, e não tem problema. Tem que ser, porque eles não teriam condições de pagar em condições de mercado.

Outra questão é quando estamos tratando de setores que estão inseridos no mercado. Aí, os critérios do BNDES, como de qualquer outro órgão público, têm que ser critérios absolutamente de rentabilidade: pode ou não pode fazer? A carteira de empréstimos tem que ser uma carteira todo submetida às regras, as mais rígidas, de qualquer instituição financeira séria. E esta aqui é uma Casa séria. E, portanto, assim será gerida.

Com tudo isso, eu queria – digo infelizmente, porque gosto muito de falar e gostaria muito de, se pudesse, ouvi-los, mas tenho que viajar dentro de poucos minutos para a Alemanha, e aqui, há problema de helicóptero, tem a questão de limite para levantar vôo, senão parece que ele cai – então, eu queria terminar felicitando o Doutor Gros, o Ministro Tápias, a todos aqueles da diretoria do BNDES, a todos os funcionários que trabalharam nessa projeção do BNDES, sobretudo, nesse espírito, que é de integrar esta Casa, que é tão importante para o nosso país em um projeto que é nacional. Não é o Presidente Fernando Henrique que está querendo isso ou aquilo. Estou dizendo que esses projetos, aos quais me refiro, foram aprovados pelo País, pelo Congresso, foram debatidos. Sempre, uns são contra. Meu Deus, democracia é isso. Quem é contra, contra, contra, um dia, se conseguir voto, ganha. Se ganhar, faz o que quer. Enquanto não ganharem, vão fazer o que o povo disse que deveria ser feito. E isso tudo, tudo que estamos aplicando, inclusive as suas idéias, o Avança Brasil do PPA, foi dito publicamente em campanhas eleitorais, publicamente no Congresso Nacional. As diretrizes que estão aqui, essas todas que foram mencionadas, e essa idéia de que temos que ter uma modernização progressista a favor do povo, são idéias que são aprovadas pelo País.

De modo que eu acho que o BNDES está se inserindo naquilo que é a corrente positiva da História do Brasil. Parabéns ao BNDES!

Muito obrigado.